

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DO CÂMPUS JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E

DOZE. Atendendo à Convocação nº. 002/2012 – DG/Campus JF/ IF Sudeste MG, de dezenove de abril de 2012, reuniram-se, às quatorze horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e doze, no Anfiteatro do Centro Administrativo do Câmpus Juiz de Fora, o Sr. Diretor Geral da Instituição e Presidente do Conselho do Câmpus, Prof. Paulo Rogério Araújo Guimarães, a Sr^a. Diretora de Ensino, Prof^a. Maria da Graça Martins Guerra, a Sr^a. Diretora de Extensão e Relações Comunitárias, Prof^a. Roberta Calvano, o Sr. Diretor de Desenvolvimento Institucional, Prof. Etienne Beirão Friedrich, o Sr. Diretor de Administração e Planejamento, Prof. Weyder Alves Finamore, o Sr. Chefe do Departamento de Educação e Ciências, Prof. Sebastião Sérgio de Oliveira, o Sr. Chefe do Departamento de Educação e Tecnologia, Prof. Jalon de Moraes Vieira, os Srs. representantes docentes Luís Oscar de Araújo Porto Henriques, Thales Costa Soares, Maria Gertrudes Neves Mendes e Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva, os Srs. representantes dos técnicos administrativos em educação Edilaine Lúcia de Souza Friaça, Regiane Giotti Silva Moraes, Iandra Cristina Mariano Carvalho, Alexandre da Fonseca Botelho e Cristiane Aparecida Camilôto de Paulo (suplência em relação à representante Jacqueline Castro de Oliveira), os Srs. representantes discentes Paulo Victor Yamim (suplência em relação a Ismael José Alves Júnior), Júlia Rezende Henriques (suplência em relação a Aline de Vieira Souza), Raphael Lopes Ribeiro, Luiz Fernando Faria Líquer e Rafael Teixeira de Souza, o Sr. representante da Seção de Juiz de Fora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Leandro Talma de Paula, Sr. o representante da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (APES), Prof. Emanuel Antônio de Freitas, e a Sr^a. representante da sociedade civil, Irene Aparecida Vitorino, indicada pela Associação dos Moradores do Bairro Fábrica e São Dimas. Havendo quórum, o Presidente do Conselho deu início à reunião, dando as boas vindas aos presentes, especialmente ao professor Sebastião de Oliveira, em função de sua primeira participação no Conselho como Chefe do Departamento de Educação e Ciências. Na sequência, fez os seguintes registros: justificou as ausências do conselheiro Aurélio Marangon Sobrinho (representante da Sociedade Civil indicado pelo Centro Industrial), do professor Lecino Caldeira (Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, que estava participando de um Congresso na Argentina) e do professor Sandro Roberto Fernandes (representante docente que estava, neste dia, defendendo sua tese de doutorado); informou a presença da servidora Cristiane Camilôto, suplente do segmento dos técnicos administrativos, convocada em razão da impossibilidade de a conselheira Jacqueline Castro de Oliveira comparecer, por estar participando de um curso de capacitação em Brasília; informou, também, as presenças de Paulo Victor Yamim e Júlia Rezende Henriques, ambos do Curso de Edificações Integrado, representando, no lugar dos membros titulares, o segmento discente dos cursos técnicos. Passou-se, então, para o item **1 de pauta: Informes da Direção Geral.** Inicialmente, mencionou a ocorrência do processo eleitoral para as Chefias dos Departamentos Acadêmicos, que teve como resultados a eleição da chapa formada pelos docentes Sebastião Sérgio de Oliveira e Sílvio Anderson Toledo Fernandes, para os cargos, respectivamente, de Chefe e Vice-chefe do Departamento de Educação e Ciências, e da chapa formada pelos docentes Jalon de Moraes Vieira e Paulo Roberto Pessoa de Azevedo, para os cargos, respectivamente, de Chefe e Vice-chefe do Departamento de Educação e Tecnologia. Na oportunidade, desejou boa sorte aos eleitos na realização de suas atribuições e deu os parabéns à Comissão Eleitoral pela condução do processo. Na sequência, informou sobre as eleições dos representantes do Câmpus Juiz de Fora para o Conselho Superior (CONSU) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). Fez referência às chapas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

52 eleitas conforme a seguir: para o CONSU, Miguel Fabiano de Faria e Marcos Vinicius
53 Leite, respectivamente titular e suplente do segmento docente, Regiane Giotti Silva Mo-
54 raes e Christiane Lima Guimarães, respectivamente titular e suplente do segmento dos
55 técnicos administrativos, e Luiz Fernando Faria Líquer e Juan Pablo Cypriano Cardoso,
56 respectivamente titular e suplente do segmento discente; para o CEPE, João Paulo Lima
57 de Miranda e Graziany Penna Dias, respectivamente titular e suplente de segmento do-
58 cente, Christiane Lima Guimarães e Regiane Giotti Silva Moraes, respectivamente titu-
59 lar e suplente do segmento dos técnicos administrativos, e, por fim, Luiz Fernando Faria
60 Líquer e Juan Pablo Cypriano Cardoso, respectivamente titular e suplente do segmento
61 discente. Em seguida, deu os parabéns a todos os eleitos e à Comissão Eleitoral. Na
62 continuidade dos informes, o Presidente do Conselho disse que em julho de 2012 ven-
63 cem os mandatos dos representantes da sociedade civil; que nos próximos meses será
64 necessário promover eleições para representantes da Subcomissão Própria de Avaliação
65 (SPA), em função de o mandato dos atuais membros estar completando dois anos; no
66 ensejo do assunto, informou que a SPA entregou seu relatório à Administração, o qual
67 se constitui num *feedback* interessante para análise da comunidade e ambiente escolar.
68 **Passou-se para o item 2 de pauta: Apreciação da Ata da reunião do dia 14/02/2012.**
69 O documento foi submetido aos conselheiros, já modificado após pedido do professor
70 Thales Soares; colocado em votação, foi aprovado, registrando-se, porém, 5 (cinco) abs-
71 tenções. **Passou-se, então, à abordagem do item 3 de pauta: Proposta Orçamentá-**
72 **ria.** O Presidente do Conselho começou explicando que foi necessário fazer uma altera-
73 ção na planilha em relação à projeção de gasto em 2012 para diárias e passagens, em
74 consequência de limite orçamentário imposto pelo Governo Federal, sendo que a expec-
75 tativa de pagamentos estava, antes disso, em torno de R\$180.000,00, caindo para o pa-
76 tamar de R\$142.000,00 após a mudança. Também justificou a discrepância de valores
77 entre a despesa executada em 2011 e a despesa prevista para 2012 para alguns itens da
78 planilha, como no caso dos motoristas (por ter o Câmpus ficado quase 5 meses sem
79 conseguir firmar contrato com empresa terceirizada), da vigilância (pela necessidade de
80 contratar mais um funcionário em razão do aumento do espaço físico do Câmpus) e de
81 pessoal de manutenção (cujo número é calculado em função da área construída, a qual,
82 por sua vez, vem aumentando). O professor Jalon Vieira observou que os valores desti-
83 nados aos serviços prestados pela CESAMA, CEMIG e CORREIOS aumentaram em
84 comparação com 2011, ao passo que para serviços de internet diminuíram, questionando
85 se, nesse ultimo caso, o serviço iria piorar. O Diretor Geral explicou que não, uma vez
86 que o menor investimento em 2012 para internet foi resultado de um aprimoramento no
87 edital de licitação, o que permitiu maior concorrência e, ao mesmo tempo, maior capa-
88 cidade do serviço. Para telefonia fixa, destacou que a economia observada no valor para
89 2012 é resultado, principalmente, do uso dos celulares institucionais. Disse que o valor
90 previsto para gratificação de curso e concurso é apenas uma estimativa, não sendo, por-
91 tanto, muito preciso. No item “seguro de vida” explicou que a despesa é referente ao
92 seguro contra acidentes pessoais pago, sem exceção, para todos os alunos do Câmpus. O
93 professor Luis Oscar perguntou se o aumento do valor destinado à divulgação seria uma
94 estimativa, sendo-lhe explicado que não, por ter sido uma solicitação direta da equipe de
95 comunicação da COPESE do IF Sudeste MG, baseada em um estudo de demanda para
96 os processos seletivos. O Diretor Geral esclareceu, também, a alteração na previsão para
97 as bolsas de iniciação científica, que passou de R\$125.000,00 para R\$139.000,00 em
98 razão de o Câmpus Juiz de Fora ter sido contemplado com cerca de 70% dessas bolsas,
99 o que determinou um impacto criado pela complementação de R\$100,00 paga pelo pró-
100 prio Câmpus a cada bolsista, ressaltando que essa situação não gerou problemas no or-
101 çamento porque, por outro lado, houve a diminuição das despesas com diárias e passa-
102 gens. Destacou que o item “redistribuição de pessoal” representa uma demanda prevista

103 em lei, segundo a qual o servidor que passar a ter exercício em nova sede, com mudança
104 de domicílio em caráter permanente, dependendo do caso, tem direito a uma compensa-
105 ção que fica a cargo do Câmpus, por ser entendida a redistribuição ou remoção como
106 algo de interesse da Instituição. Quanto ao valor previsto para repasse às entidades estu-
107 dantis, a proposta seria a de dar apoio aos Centros Acadêmicos e Grêmio Estudantil,
108 permitindo que eles façam a gestão desses recursos por meio da utilização de serviços
109 licitados pelo Câmpus, uma vez que, legalmente, não é possível fazer repasse direto às
110 representações estudantis. A professora Maria Gertrudes pediu mais detalhes do que se-
111 ria a despesa prevista para comunicação e sinalização do Câmpus, sendo-lhe explicado
112 que a proposta é refazer toda a identificação dos ambientes, salas e áreas de circulação,
113 padronizando-a. O Diretor Geral destacou, ainda, a importância dos valores destinados a
114 reformas do ginásio, salas, laboratórios, janelas, quadra externa, telhado do bloco O,
115 depósito, preparação dos espaços para abrigar os grupos do Programa de Educação Tu-
116 torial (PET), bem como os programas de apoio (pesquisa e extensão), além das repre-
117 sentações estudantis. Respondendo à pergunta da conselheira Edilaine Friaça sobre a
118 proposta de criação da área de convivência, o professor Paulo Rogério disse que ela está
119 prevista para a área da cantina, onde seria feito um espaço coberto para alimentação e
120 convívio. Entrando na discussão sobre a parte de custeio no orçamento, o Presidente do
121 Conselho esclareceu que seria necessário cortar 7,4%, conforme determinação do Go-
122 verno Federal, sendo que o Câmpus Juiz de Fora conseguiu fazer o contingenciamento
123 em torno de 8,3% do orçamento, com certa folga, portanto, em relação à meta a ser
124 cumprida, o que fora alcançado sem atingir as bolsas e a assistência estudantil. O pro-
125 fessor Jalon Vieira perguntou se existiria a possibilidade de o valor contingenciado ser
126 liberado posteriormente. O professor Paulo Rogério disse que sim, lembrando que, em
127 2011, houve liberação pelo governo sem, no entanto, ter tido tempo hábil para utiliza-
128 ção. O conselheiro Alexandre Botelho acrescentou que, em 2011, somente metade dos
129 10% do orçamento que haviam sido contingenciados foi utilizada. O professor Thales
130 Soares questionou se a utilização da previsão orçamentária para diárias vai ser decidida,
131 num outro momento, pelo Conselho do Câmpus. O professor Paulo Rogério explicou
132 que esse recurso é descentralizado para a área administrativa e os dois Departamentos
133 Acadêmicos, no intuito de contemplar as particularidades e necessidades em cada um
134 desses âmbitos, com as discussões ocorrendo dentro de cada área, que, assim faz a ges-
135 tão, evitando ingerências sobre os pedidos. O professor Weyder Finamore complemen-
136 tou dizendo que vai chegar o momento em que cada área vai ter o seu centro de custo. O
137 professor Thales Soares propôs que o Conselho não só aprovasse o orçamento, mas que
138 também discutisse as diretrizes para utilização dos recursos, tanto para custeio como
139 para capital. O professor Paulo Rogério disse que qualquer proposta de alteração de vul-
140 to no orçamento deve retornar ao Conselho para evitar distorções. A conselheira Edilaine
141 Friaça observou que na ação 2994 de custeio (assistência ao educando da educação
142 profissional) não está incluído mais, como em 2011, o pagamento de bolsas dos Pro-
143 gramas de Treinamento Profissional, Monitoria e Extensão. O professor Paulo Rogério
144 explicou que essa mudança ocorreu porque a ação 2994 não pode contemplar o paga-
145 mento desses tipos de bolsas e esclareceu, ainda, que, apesar do contingenciamento no
146 orçamento de custeio, a intenção é a de não fazer cortes na ação 2994. Também fora es-
147 clarecido que o valor arrecadado com a venda dos tíquetes do refeitório não reverte, ne-
148 cessariamente, para a assistência ao educando, ao passo que o repasse do Fundo Nacio-
149 nal de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar tem esse destino.
150 A conselheira Edilaine Friaça perguntou se não haveria uma forma de não considerar o
151 custo do tíquete do refeitório no caso dos alunos atendidos pela bolsa alimentação. O
152 professor Paulo Rogério disse que, na situação do auxílio alimentação, deixa-se de arre-
153 catar diretamente na fonte 250 o valor do tíquete; propôs não considerar essa "não arre-

154 cadação”. Dando continuidade às discussões, passou-se a abordar a proposta inicial de
155 uso dos recursos de capital. O professor Thales Soares questionou se a aprovação no
156 Conselho seria somente em torno dos valores ou se iria discutir a destinação mais deta-
157 lhada dos recursos. O Presidente do Conselho sugeriu que o órgão colegiado devesse
158 sinalizar os gastos para, primeiramente, garantir os valores no orçamento e, posterior-
159 mente, obter com as pessoas diretamente envolvidas com essas despesas os valores con-
160 cretos e específicos a serem gastos. O conselheiro Alexandre Botelho, acompanhando
161 esse raciocínio, propôs que, primeiramente, se buscasse garantir minimamente os recur-
162 sos para, somente num segundo momento, destrinchá-los, defendendo que só após um
163 levantamento das necessidades é que se poderá discutir de forma mais detalhada os gas-
164 tos. Houve entendimento nesse sentido, propondo-se definir, primeiramente, os valores
165 da projeção para 2012 e, depois, tornar ao Conselho, se for o caso, para detalhar os gas-
166 tos. O professor Paulo Rogério seguiu, então, fazendo destaques em relação aos recur-
167 sos de capital. Quanto ao acervo bibliográfico, disse que a previsão para 2012 tem em
168 vista cumprir as necessidades dos cursos superiores, principalmente as que dizem res-
169 peito às exigências e parâmetros do Ministério da Educação. Sobre mobiliário, laborató-
170 rio e equipamentos, disse que a proposta é atender os novos espaços e laboratórios, pas-
171 sando aos Departamentos Acadêmicos a responsabilidade por elencar as prioridades, as
172 quais serão executadas à medida que forem encaminhadas. O professor Weyder Fina-
173 more sugeriu que fossem elaboradas listas maiores dessas demandas porque há o risco
174 de sobram recursos; lembrou, ainda, que, somente se o Instituto Federal, como um
175 todo, conseguir executar 85% do previsto para custeio, o restante do percentual será li-
176 berado pelo Governo, alertando que, no caso de obras, o que está previsto poderá não
177 ser gasto por conta da dependência dos prazos para elaboração dos projetos. Para o va-
178 lor definido na planilha para infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), o Diretor
179 Geral explicou que em dezembro de 2011 o Câmpus recebeu recurso específico para
180 apoio à internet e rede de dados, sendo que, apesar do esforço para realizar os processos
181 licitatórios, somente foram utilizados R\$210.000,00 dos R\$600.000,00 previstos, sendo
182 comprados, com esse valor, equipamentos de TI, mas não para atender à infraestrutura
183 prevista no projeto inicial; em função desse cenário é que foi separado o valor de
184 R\$390.000,00 do orçamento para complementar o projeto de TI, tomando como refe-
185 rência o valor inicial previsto no projeto. Sobre o item “Elevador Bloco K – acessibili-
186 dade - programa ambiental”, disse que o valor previsto será destinado para: dar conti-
187 nuidade à nova licitação do elevador para o bloco K, uma vez que a primeira tentativa
188 foi deserta; promover soluções de acessibilidade nos ambientes do Câmpus, haja vista
189 que a maioria dos prédios não está preparada; efetivar ações com foco no meio ambien-
190 te. No item relacionado à manutenção, destacou que uma das propostas é desenvolver
191 estudos para implementação de um programa de eficiência energética e de uso da água,
192 incluindo verificação da parte elétrica e hidráulica. Para o item “*software*”, explicou que
193 o recurso é para iniciar um movimento de regularização de licenças de *software*, adqui-
194 rindo os programas que são de interesse do Câmpus. Na sequência da apresentação da
195 planilha, mostrou a destinação de recursos para a urbanização da área do Ministério da
196 Agricultura, por meio de licitação que contemple rede de água e esgoto, sendo que, pro-
197 vavelmente, haverá também a necessidade de refazer alguns serviços que já tinham sido
198 realizados pela empreiteira que abandonou as obras. Indicou também a previsão para
199 asfaltamento da área em parceria com a Prefeitura Municipal, ressaltando, porém, que,
200 por se tratar de ano eleitoral, as negociações com o poder municipal podem não se efeti-
201 var. Mencionou a proposta no orçamento para construção de vestiários para uso dos
202 funcionários terceirizados, dando-lhes condições melhores de trabalho, considerando,
203 ainda, seu número significativo no Câmpus. Indicou a verba para a estruturação do novo
204 pátio voltado para a rua Coronel Tancredo, com instalação de novas catracas para

205 controle de entrada e saída dos alunos. Respondendo à dúvida do professor Thales Soa-
206 res, o professor Paulo Rogério esclareceu que foi pedido estudo à Secretaria Municipal
207 de Transportes e Trânsito (SETTRA) quanto à sinalização para os carros em frente ao
208 supermercado Bahamas. O professor Weyder Finamore lembrou que no dia 02/05/2012
209 já estava agendada reunião no Câmpus, organizada pela Associação dos Moradores, pa-
210 ra discutir, com os representantes da comunidade e da Prefeitura, projeto ambicioso de
211 mudanças no trânsito da rua Bernardo Mascarenhas. Mostrou, na sequência, a previsão
212 de cerca de R\$2.500.000,00 para aplicação de forma diversa (como biblioteca, blocos
213 novos e equipamentos) e que seria válido elencar os pontos de interesse para que fosse
214 estabelecida uma ordem de prioridade na destinação desse recurso, o qual poderia atin-
215 gir até o valor de R\$4.000.000,00, caso o valor de R\$1.500.000,00, previsto para con-
216 cretizar o processo de permuta de um terreno com o Exército, não seja utilizado; apro-
217 veitou para esclarecer que esse terreno fica localizado atrás do ginásio, estendendo-se
218 até a rua Eduardo Weiss, e corresponde a cerca de 50% do atual terreno do Câmpus, ha-
219 vendo já sinalização favorável da 4ª Região Militar quanto à permuta, bem como da
220 Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora (Agenda JF) sobre o impacto ambiental.
221 O professor Sebastião de Oliveira questionou se nas previsões de obras já está incluída
222 alguma solução para o refeitório, em função do aumento no fluxo de pessoas que o fre-
223 quentam. O professor Paulo Rogério disse que há estudos, pensando como possibilida-
224 des a estruturação de um novo refeitório ou a ampliação do atual, o que, nesse último
225 caso, exigiria a compra do imóvel ao lado do Câmpus, cujo proprietário já demonstrara
226 interesse em vender; contudo, explicou que a construção não está regularizada e, além
227 disso, lembrou que antes é preciso ser feita uma avaliação oficial, envolvendo a Caixa
228 Econômica Federal e a Secretaria de Patrimônio da União, por ser o Câmpus uma insti-
229 tuição federal. A professora Maria Gertrudes sugeriu que se pensasse o terreno do Exér-
230 cito como uma opção de espaço para a instalação do refeitório, adotando-se um projeto
231 mais amplo numa perspectiva de longo prazo. Não havendo nenhuma manifestação
232 mais sobre a planilha, o Presidente do Conselho fez o encaminhamento da proposta or-
233 çamentária, indicando, como sugerido pelo conselheiro Thales Soares, detalhar o que
234 for necessário e estabelecer as linhas de prioridades para recursos de capital no item
235 “diversos”, para, então, submeter novamente ao Conselho para decisão. Em regime de
236 votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. **Passou-se, assim, para o item 4 de**
237 **pauta: Desmembramento do Núcleo Acadêmico de Filosofia e Sociologia e criação**
238 **do Núcleo de Ciências Ambientais.** O Presidente do Conselho esclareceu que as solici-
239 tações vieram do Departamento de Educação e Ciências, ainda na gestão do professor
240 Wagner Belo, e passou a palavra para o atual Chefe do Departamento, professor Sebas-
241 tião Sérgio de Oliveira, que explicou, conforme constam de atas do Conselho Depart-
242 mental, que a argumentação para a separação em Núcleos de Sociologia e Filosofia é a
243 de que as duas áreas seriam diferentes em essência, apesar de serem afins, esclarecendo,
244 ainda, que a proposta havia sido aprovada por unanimidade no Conselho do Depart-
245 amento e que ele, Sebastião, não havia participado dessa discussão; para a questão das
246 Ciências Ambientais, disse que a demanda é do Núcleo de Biologia e seria motivada
247 pelo fato de a profissional que trabalha com a disciplina de Ciências Ambientais não ter
248 habilitação em Biologia. O professor Thales Soares ressaltou que tal pauta suscitou o
249 debate em torno de várias outras questões sobre o modelo de constituição dos núcleos,
250 argumentando que seria preciso entender melhor o seu processo e critérios de formação,
251 até porque haveria reflexo na discussão sobre poder, e problematizou a questão citando
252 o Regimento Interno, dizendo que, se num momento, Sociologia e Filosofia foram con-
253 sideradas áreas afins, por que Matemática e Física não o foram por outro lado, por
254 exemplo. Além disso, ressaltou que se Sociologia e Filosofia podem se separar, haveria
255 mais núcleos que também poderiam se desmembrar em vários outros. Citando a tabela

256 de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Su-
257 perior (CAPES), disse haver divisão entre as áreas da Filosofia, Sociologia e História,
258 mas que, também, seria possível considerar subdivisões na Biologia, Física e Linguísti-
259 ca, não existindo, por outro lado, Ciências Ambientais como área de conhecimento. Di-
260 ante disso, manifestou a necessidade de serem estabelecidos parâmetros mais claros pa-
261 ra que não se fique a mercê de ações políticas; propôs, assim, que a discussão fosse re-
262 encaminhada para os núcleos avaliarem as possibilidades de desmembramento e qual a
263 melhor definição de núcleo acadêmico. Complementou seu raciocínio dizendo que não
264 há definição clara na forma como os núcleos e departamentos foram estruturados, não se
265 sabendo os critérios mínimos adotados para a criação dessas estruturas administrativas,
266 o que seria responsável por gerar distorções como a existência de núcleo com um único
267 representante. O professor Luís Oscar manifestou a preocupação de que os núcleos se-
268 jam realmente representativos e com pessoas dispostas a assumirem sua representação,
269 devendo-se, inclusive, analisar o cenário do ponto de vista político, pois a divisão em
270 núcleos implicaria em estabelecer divisão de poder e de votos. O professor Thales Soa-
271 res disse, ainda, que outro ponto nebuloso é identificar qual a possibilidade de um pro-
272 fessor migrar de um núcleo para outro. Na tentativa de esclarecer essa questão, o profes-
273 sor Etienne Friedrich leu o artigo do Regimento Interno que coloca, como critério de
274 alocação dos docentes nos núcleos, as disciplinas que cada professor ministra ou pode
275 ministrar. O professor Thales Soares argumentou que, dessa forma, os núcleos estariam
276 sujeitos a grande mobilidade, haja vista a frágil vinculação do professor e, ademais, di-
277 se que o núcleo não possui uma função administrativa muito clara, específica, no Regi-
278 mento Interno. O professor Paulo Rogério, concordando que critérios claros seriam ne-
279 cessários, alertou que se deve ter cuidado na definição dos mesmos, os quais poderiam
280 ser gerados a partir de um referencial externo, como a tabela da CAPES, mas associado
281 a outros pontos que permitam considerar limitações, para evitar uma multiplicação de-
282 senfreada dos núcleos; isso, em sua opinião, contribuiria para melhor definir as linhas
283 de contorno dos núcleos, fortalecendo o modelo adotado. Os professores Thales Soares
284 e Maria Gertrudes questionaram esse modelo de divisão em núcleos, pois as fronteiras
285 seriam muito tênues e, por isso, qualquer argumentação mais sólida poderia derrubá-las,
286 além de não deixarem claras por que um núcleo poderia se desmembrar enquanto outro
287 não. A professora Maria Gertrudes propôs que se trabalhasse com divisão no âmbito de
288 departamentos acadêmicos. O professor Thales Soares reforçou dizendo que a perda da
289 característica departamental é que levou às distorções atuais e que o modelo antigo
290 agregaria mais, pois a criação de departamentos considerava a questão numérico-
291 operacional como condição para sua existência; propôs, então, que se voltasse à estru-
292 tura em departamentos. O professor Paulo Rogério propôs remeter a discussão até que
293 haja definição mais clara dos parâmetros e critérios para que o Conselho não tome deci-
294 sões precipitadas que possam criar distorções. O professor Etienne Friedrich sugeriu
295 que se fizesse estudo e análise para que se trouxesse proposta efetiva de melhor redação
296 ou formatação mais elaborada referente à estrutura organizacional. O professor Paulo
297 Rogério disse que a tramitação mais adequada do assunto seria estabelecer, primeira-
298 mente, uma discussão no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus Juiz de
299 Fora (CEPE-JF) e, após, no Conselho do Câmpus, por se tratar de algo que influencia
300 diretamente na organização e relações acadêmicas. O professor Thales Soares opinou
301 sobre a possibilidade de serem realizadas discussões paralelas tanto no CEPE-JF quanto
302 no Conselho do Câmpus. O conselheiro Alexandre Botelho disse que seria difícil se po-
303 sicionar sobre o assunto sem o conhecimento dos critérios. A professora Maria Gertru-
304 des alertou que quem se mostrar omissa às discussões poderá ficar em situação desfavo-
305 rável, argumentando que os debates devam ser participativos, considerando a comuni-
306 dade como um todo. O Presidente do Conselho propôs, então, que fossem estabelecidas

307 conversas com os Chefes de Departamento e Representantes de Núcleos para escolher a
308 melhor forma de encaminhamento das propostas e a estratégia para fomentar essa dis-
309 cussão, não submetendo qualquer mudança à votação até que se tenham critérios claros
310 e definidos. A professora Roberta Calvano propôs a constituição de uma comissão para
311 conduzir os debates. O Presidente do Conselho disse que a viabilidade da montagem da
312 comissão poderia ser discutida posteriormente com os Chefes de Departamento. Antes
313 de o foco da reunião ser deslocado para a próxima pauta, o professor Sebastião de Oli-
314 veira esclareceu que fez o encaminhamento do assunto ao Conselho do Câmpus por es-
315 tar ainda pendente no âmbito do Departamento de Educação e Ciências, registrando que
316 se pode fazer nova discussão, apesar de entender que seria incoerente qualquer outra
317 decisão que não a do Conselho Departamental, a qual fora unânime pelo desmembra-
318 mento, posição essa que ele apoiaria. O foco da reunião deslocou-se, então, para o item
319 5 de pauta: Alocação de vagas de professor temporário. O professor Paulo Rogério
320 fez um breve histórico do que tinha ocorrido até o momento, relembrando que o Câmpus
321 Juiz de Fora recebeu, em 2011, a proposta de contratação de 9 professores temporá-
322 rios e que, ao mesmo tempo, houve atraso no processo de realização de concurso para
323 docentes efetivos. Diante disso, para evitar desfalques nas disciplinas, disse que o Câmpus
324 solicitou ao MEC vagas adicionais de professor temporário, sendo liberadas mais
325 17, as quais já foram preenchidas, estando os profissionais já em exercício. As 9 vagas
326 iniciais, porém, estavam em aberto ainda, devendo o Conselho decidir qual a melhor
327 forma de alocá-las para que não se corresse o risco de perdê-las. Explicou que em 2011
328 foram sentidas dificuldades na contratação de professores substitutos até que o governo
329 regulamentasse a forma de proceder nesses casos. Disse que, para atender demanda do
330 Núcleo de Matemática, foi contratado um professor substituto no lugar do professor
331 André Diniz, que cedeu, portanto, para o Câmpus Juiz de Fora essa vaga de substituto,
332 aberta, conforme legislação vigente, em função de ele ter assumido o cargo de Diretor
333 Geral do Câmpus Santos Dumont. Esclareceu que o professor André Diniz, no entanto,
334 solicitou, posteriormente, essa vaga de volta e, para que não se cessasse o contrato do
335 professor substituto do Núcleo de Matemática, houve a necessidade de realizar uma
336 permuta pela qual o Câmpus Juiz de Fora cedeu 1 das 9 vagas de professor temporário
337 para o Câmpus Santos Dumont, restando, portanto, o saldo de 8 vagas. Disse, ainda,
338 que, em reunião com os Chefes de Departamento, surgiu a proposta de se fazer o mes-
339 mo movimento realizado anteriormente para definição da alocação das vagas de profes-
340 sor efetivo, ou seja, delegar a discussão aos Conselhos Departamentais para que a deci-
341 são sobre a distribuição das vagas de professor temporário ocorra em conjunto nesses
342 fóruns, entendidos como os mais adequados ao assunto, sem necessidade, inclusive, de
343 submeter novamente ao Conselho do Câmpus o que for assim deliberado. O professor
344 Thales Soares solicitou que ambos os Departamentos Acadêmicos indicassem os crité-
345 rios a serem utilizados para justificar a demanda de cada um. O professor Sebastião de
346 Oliveira perguntou se haveria alguma restrição para ocupação dessas vagas, tendo em
347 vista o cenário eleitoral. O professor Paulo Rogério esclareceu que, provavelmente, não
348 teria, porque as eleições ocorrerão em nível municipal apenas. O professor Jalon Vieira
349 manifestou que o Conselho Departamental de Educação e Tecnologia já havia estabele-
350 cido critérios para utilização dos professores temporários, dizendo que, apesar de defen-
351 der o que já fora aprovado no âmbito de tal Departamento, estará aberto a novas discus-
352 sões. A professora Roberta Calvano disse que o momento é outro e que, por isso, seria
353 importante reavaliar as posições. Por fim, o Presidente do Conselho fez o encaminha-
354 mento de que os Conselhos Departamentais tivessem a prerrogativa de fazer o direcio-
355 namento da decisão sobre a ocupação das vagas de professor temporário, não sendo re-
356 gistradas manifestações contrárias. As atenções da reunião foram deslocadas, então, pa-
357 ra o item 6 de pauta: Assuntos Gerais. O professor Rodrigo Alvim pediu a palavra

Paulo

Amalfani Vaz Junior

SS

Lúcio

Quathi

map

ph

Quathi

7

358 para manifestar seu pensamento sobre o item 4 de pauta, uma vez que ele havia se reti-
359 rado durante a discussão por ter interesse direto no assunto, já que é Representante do
360 Núcleo de Sociologia e Filosofia. Iniciou dizendo que existiriam, sim, critérios de defi-
361 nição dos núcleos, tanto é que teria sido possível a criação de núcleo com um único pro-
362 fessor em detrimento da Sociologia e Filosofia, para as quais foi decidido pelo não des-
363 membramento, o que o fez levantar a questão de o porquê essas duas áreas terem que
364 esperar. Nesse sentido, opinou serem os critérios parcos e tênues, o que sugeriria ser a
365 questão mais relacionada à distribuição de poder do que acadêmica, o que geraria uma
366 desigualdade de tratamento, pois uns poderiam enquanto outros teriam que aguardar.
367 Demonstrou, também, sua decepção e insatisfação em relação ao encaminhamento da-
368 do, entendido como uma negativa em relação ao desmembramento das duas áreas em
369 dois núcleos diferentes. Os demais conselheiros argumentaram que não houve negativa
370 porque não houve julgamento do mérito e que os membros do Conselho haviam sido
371 bem reflexivos, não tomando decisão de forma precipitada. O professor Thales Soares
372 esclareceu que a proposta seria a de rediscutir o modelo e não o caso específico da pau-
373 ta, até mesmo para rever o caso da existência dos núcleos com uma só pessoa. A profes-
374 sora Roberta Calvano reforçou esse raciocínio, explicando que não se discutiu o mérito
375 em relação à separação do núcleo, apesar de ter sido entendida a necessidade de isso
376 ocorrer. A conselheira Edilaine Friaça manifestou sua concordância quanto ao posicio-
377 namento do professor Rodrigo Alvim, defendendo que a demanda do Núcleo de Socio-
378 logia e Filosofia pela separação deveria ser contemplada até que os critérios de criação
379 dos núcleos acadêmicos fossem melhor definidos, até mesmo porque haveria outros ca-
380 sos que foram definidos sem tais critérios. O professor Paulo Rogério lembrou que a
381 atual proposta de divisão dos núcleos foi aprovada no Conselho de Unidade (antecessor
382 do Conselho do Câmpus) e discutida em plenária, sendo que, até o momento, não havia
383 sido registrada nenhuma alteração em relação à concepção inicial do modelo. O conse-
384 lheiro Alexandre Botelho alertou que a falta de discussão entre os técnicos administrai-
385 vos sobre o assunto não permitiria decidir, no atual momento, a questão; sugeriu, por
386 isso, que uma proposta mais elaborada fosse trazida ao Conselho, possibilitando, por
387 outro lado, mais tempo para amadurecimento da ideia, o que permitiria, pelo menos aos
388 representantes do segmento dos técnicos administrativos, votar com maior clareza. Para
389 finalizar, o professor Paulo Rogério disse que as questões colocadas pelo professor Ro-
390 drigo Alvim não foram ignoradas no encaminhamento dado pelo Conselho, sendo que
391 suas preocupações deveriam ser consideradas. Alternando o assunto, o professor Luis
392 Oscar perguntou como estaria a situação do concurso para laboratorista. O Diretor Geral
393 respondeu que o processo já estaria na fase final e que, talvez, na próxima semana, se
394 tudo desse certo no trâmite do processo na Reitoria, as inscrições já seriam abertas. Na-
395 da mais havendo a tratar, a reunião se encerrou, sendo sua Ata lavrada por mim,
396 Abel Arbex Acaui, Chefe de Gabinete, e assinada pelo Se-
397 nhor Presidente e demais membros do Conselho;
398 Paulo Rogério Araújo Guimarães, _____;
399 Maria da Graça Martins Guerra, _____;
400 Etienne Beirão Friedrich, _____;
401 Roberta Calvano, _____;
402 Weyder Alves Finamore, _____;
403 Jalon de Moraes Vieira, _____;
404 Sebastião Sérgio de Oliveira, _____;
405 Luís Oscar de Araújo Porto Henriques, _____;
406 Thales Costa Soares, _____;
407 Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva, _____;
408 Maria Gertrudes Neves Mendes, _____;

409 Alexandre da Fonseca Botelho, AB;
410 Edilaine Lúcia de Souza Friaça, _____;
411 Regiane Giotti Silva Moraes, Regiane;
412 Iandra Cristina Mariano Carvalho, Iandra;
413 Cristiane Aparecida Camillotto de Paulo, _____;
414 Paulo Victor Yamim, Paulo Victor Yamim;
415 Júlia Rezende Henriques, _____;
416 Raphael Lopes Ribeiro, _____;
417 Luiz Fernando Faria Líquer, Luiz Fernando Faria Líquer;
418 Rafael Teixeira de Souza, Rafael Teixeira de Souza;
419 Irene Aparecida Vitorino, _____;
420 Leandro Talma de Paula, _____;
421 Emanuel Antônio de Freitas, Emanuel Antônio de Freitas.